

KARSTEN S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

---

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Karsten S.A. ("Companhia") e suas controladas têm como atividades preponderantes a industrialização e comercialização das seguintes linhas de produtos: cama, mesa, banho e tecidos para decoração e bordar.

A Companhia, com sede na rua Johann Karsten, 260, Testo Salto em Blumenau, Estado de Santa Catarina, é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro na BM&FBovespa.

A Companhia possui estrutura e os custos administrativos, gerenciais e operacionais parcialmente compartilhados com as demais empresas controladas.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia acumulou prejuízos no montante de R\$ 339.280 (R\$ 242.701 em 31 de dezembro 2015), o patrimônio líquido negativo foi de R\$ 209.315 (R\$ 115.831 em 31 de dezembro 2015), e o passivo circulante consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 296.311 (R\$ 191.989 em 31 de dezembro 2015). O capital circulante líquido negativo é decorrente, em boa parte, pela dívida de debêntures no montante de R\$ 298.699 em 31 de dezembro de 2016, cujo o vencimento final foi dia 10 de janeiro de 2017. A partir de 01 de janeiro de 2015, a Companhia descontinuou os pagamentos referente as debêntures e os montantes vencidos totalizaram R\$ 266.999 em 31 de dezembro de 2016, sendo que até a presente data a Companhia não conseguiu renegociar essa dívida.

Em 09 de maio de 2016 foi ajuizado processo de execução da 1ª Emissão Pública de Debêntures número 1046522-06.2016.8.26.0100, que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo, onde a Companhia foi citada em 08 de agosto de 2016. Nesta ação foram indicados pela Companhia como penhora os mesmos bens imóveis dados em garantia ao título originário. Por entender que os bens indicados a penhora não são suficientes para garantir a execução, o agente fiduciário se manifestou requerendo reforço de penhora de mais um bem imóvel juntamente com um crédito decorrente de uma ação de cumprimento de sentença em trâmite a favor da Companhia.

Em 01 de dezembro de 2016 o juiz determinou a avaliação, pelo oficial de justiça, dos bens que garantiam a escritura originária. A Companhia interpôs recurso requerendo a conexão entre a execução e a ação cautelar com a consequente suspensão dos atos executórios até que se julgue em definitivo a ação anteriormente proposta pela devedora. O Tribunal de Justiça decidiu a favor do credor, determinando a penhora no rosto dos autos e expedição de auto de reforço de penhora do imóvel adicional. Desta decisão, a Companhia interpôs mais um agravo de instrumento, alegando que as penhoras não deveriam ter sido deferidas, antes de qualquer avaliação. Em ambos os recursos, as partes apresentaram oposição ao julgamento virtual, sendo que em ambos os casos aguarda-se decisão.

A Administração efetuou a avaliação sobre a capacidade de continuidade das operações da Companhia, a qual está baseada em medidas para a diminuição do endividamento e a recuperação da lucratividade. Para melhorar o resultado, a Companhia está trabalhando nas seguintes frentes para reestruturação operacional/comercial:

- redução da necessidade de capital de giro através de melhorias nos processos internos;
- investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos de última geração que serão utilizados na modernização dos processos produtivos, visando redução de custos, aumento da produtividade, automatização de processos e melhorias na qualidade do produto;
- interlocução junto aos credores das debêntures, visando alterar o cronograma de amortização de forma a adequar o pagamento das debêntures à previsão de geração de caixa da Companhia. Essa adequação está levando em conta as necessidades de investimentos para os próximos anos, necessários para retomada dos resultados positivos e diminuição da alavancagem financeira;
- melhoria do mix e qualificação do portfólio de produtos;
- melhoria da margem de contribuição através da substituição de linhas de baixo retorno;
- aumento da participação das linhas mais rentáveis no faturamento da Companhia;
- para o ano de 2017, a Companhia tem como tema “A inovação nos inspira”. E para isto está investindo em quatro importantes tecnologias aplicadas aos nossos produtos.

Com estas medidas a Administração espera que os resultados futuros demonstrem um melhor equilíbrio financeiro e a melhora dos resultados.

## 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1 Declaração de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 28 de março de 2017.

a) Demonstração do Valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS’s.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA, apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contrapartidas pagas em troca de ativos.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo.

d) Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Clientes
- Nota 7 – Estoques
- Nota 11 – Imobilizado
- Nota 12 – Intangível
- Nota 15 – Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas
- Nota 16 – Imposto de renda e contribuição social diferidos
- Nota 23 – Instrumentos Financeiros

### 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração destas Demonstrações Financeiras, bem como os principais julgamentos e premissas utilizadas nas estimativas na aplicação das práticas contábeis, estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas pela Companhia e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### a) Consolidação

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e das suas controladas diretas, conforme demonstrado a seguir:

Empresas consolidadas:	Percentual de Participações 31/12/2016
<u>Controlada</u>	
Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	99,99%
Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.	99,99%
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	99,99%
Trucasa Comercial Ltda.	99,99%

b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas no CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas das variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

c) Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tem o direito legal e a intenção de liquidar os valores em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativo:

### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, outras contas a receber e partes relacionadas e caixa e equivalentes de caixa.

### *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

#### *(ii) Passivos financeiros não derivativos*

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O cálculo do valor presente dos ativos e passivos financeiros não derivativos não apresentou valores relevantes a serem contabilizados.

#### *(iii) Capital social*

Ações ordinárias e as preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

(iv) *Instrumentos financeiros derivativos*

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e ajustado a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Quando necessário, foram reconhecidas provisão para perdas nos estoques.

g) Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda, sendo que quaisquer alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. Os respectivos ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do exercício em que teve origem.

## h) Imobilizado

### (i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

### (ii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### (iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados (arrendamento financeiro) são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.



As vidas úteis médias estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

	Vida útil média em anos
Edificações e benfeitorias	29
Máquinas e instalações	6
Veículos	5
Móveis e utensílios	3

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i) Ativos intangíveis

(i) *Software*

Os Softwares são mensurados pelo custo e deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se houver.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

(ii) *Marcas*

As marcas registradas são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As marcas têm vida útil indefinida e são testadas anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*).

(iii) *Ágio - Goodwill*

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio resultante na aquisição de controladas é demonstrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor de recuperável acumulados.

(iv) *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(v) *Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são de 5 anos.

j) *Redução ao valor recuperável*

(i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de

valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituídas) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados no encerramento de cada exercício social e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m) Benefício a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros e planos de bônus de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n) Receita operacional

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

o) Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado como outras receitas quando a subvenção se torna recebível.

p) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

r) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia possui os seguintes segmentos de negócio: indústria e varejo, como divulgado na nota explicativa 25.

s) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes, sem a adoção antecipada por parte da Companhia:

- IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros (01.01.2018).
- IFRS 15 (CPC 47) – Receita de Contratos com Clientes (01.01.2018).
- IFRS 16 – Leasing (01.01.2019);
- Emenda ao IFRS 2 (CPC 10) – Pagamento baseado em ações (01.01.2017);
- Emenda ao IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o lucro (01.01.2018);
- Emenda à IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa (01.01.2017).
- Emenda à IFRS 4 - Contratos de Seguros (01.01.2018).
- Emenda à IAS 40 – Propriedade para Investimento (CPC 28) (01.01.2018).

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do Conselho Federal de Contabilidade.

A Administração da Companhia entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é

possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

#### 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	59	69	76	82
Bancos conta movimento	475	267	688	1.563
Aplicações financeiras (i)	<u>7</u>	<u>3</u>	<u>894</u>	<u>2.190</u>
	<u>541</u>	<u>339</u>	<u>1.658</u>	<u>3.835</u>

- (i) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), e são remuneradas em 100% do CDI (taxas de juros Certificados de Depósitos Interbancários). As aplicações são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

#### 5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas entre 98% e 100% do CDI (taxas de juros Certificados de Depósitos Interbancários), classificadas no ativo circulante porque estão vinculadas a operações de empréstimos e financiamentos e contrato de energia, ambos com vencimento no curto prazo.

#### 6 CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Clientes no país	87.074	73.450	89.152	73.830
Clientes no exterior	5.462	6.011	5.462	6.011
Valores a receber de partes relacionadas (i)	16.186	4.684	-	-
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.898)	(1.589)	(3.221)	(2.055)
(-) Ajuste a valor presente	<u>(526)</u>	<u>-</u>	<u>(526)</u>	<u>-</u>
	<u>105.298</u>	<u>82.556</u>	<u>90.867</u>	<u>77.786</u>

- (i) Nas demonstrações financeiras emitidas em 31 de dezembro de 2015, a Companhia originalmente classificou os montantes a receber decorrentes de venda de produtos à partes relacionadas na rubrica "valores a receber de partes relacionadas". Na apresentação dos valores correspondentes acima, por se tratar de venda de mercadorias, a Companhia optou por reclassificar os referidos montantes a receber de parte relacionada dentro do grupo de "clientes".

A composição do saldo de contas a receber, no país e no exterior, por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	85.325	76.296	87.403	76.655
Vencidos há 30 dias	2.321	742	2.321	743
Vencidos de 31 a 60 dias	1.182	774	1.182	775
Vencidos de 61 a 90 dias	592	237	592	239
Vencidos de 91 a 180 dias	204	260	204	264
Vencidos há mais de 180 dias	<u>2.912</u>	<u>1.152</u>	<u>2.912</u>	<u>1.165</u>
	92.536	79.461	94.614	79.841
Valores a receber de partes relacionadas	16.186	4.684	-	-
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.898)	(1.589)	(3.221)	(2.055)
(-) Ajuste a valor presente	<u>(526)</u>	<u>-</u>	<u>(526)</u>	<u>-</u>
	<u>105.298</u>	<u>82.556</u>	<u>90.867</u>	<u>77.786</u>

O contas a receber de clientes da Companhia e suas controladas, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Reais	100.322	76.387	85.891	71.617
Dólares norte – americanos	4.976	6.090	4.976	6.090
Euros	<u>-</u>	<u>79</u>	<u>-</u>	<u>79</u>
	<u>105.298</u>	<u>82.556</u>	<u>90.867</u>	<u>77.786</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(1.768)	(2.314)
Créditos provisionados no exercício	(823)	(899)
Créditos recuperados no exercício	638	752
Créditos baixados definitivamente por perda	321	349
Créditos renegociados	<u>43</u>	<u>57</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(1.589)</u>	<u>(2.055)</u>
Créditos provisionados no exercício	(2.447)	(2.466)
Créditos recuperados no exercício	354	393
Créditos baixados definitivamente por perda	739	862
Créditos renegociados	<u>45</u>	<u>45</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(2.898)</u>	<u>(3.221)</u>

A Companhia avaliou a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos clientes vencidos há mais de 30 dias, conjugado com o índice de perdas sobre

o contas a receber e concluiu sobre a necessidade de provisão de R\$ 2.898 e R\$ 3.221 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas de vendas” na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui R\$ 9.087 (R\$ 7.225 em 31 de dezembro 2015) em duplicatas vinculadas a empréstimos e financiamentos.

## 7 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Produtos e mercadorias	32.434	23.100	35.641	24.537
Produtos em elaboração	17.864	19.220	17.864	19.220
Matérias-primas	13.798	16.393	13.798	16.393
Material de embalagem	2.508	1.907	2.508	1.914
Almoxarifado	62	48	62	48
Importação em andamento	1.822	2.099	1.847	2.099
Adiantamento a fornecedores	1.538	-	1.538	-
Provisão para perdas	<u>(9.248)</u>	<u>(11.890)</u>	<u>(9.248)</u>	<u>(11.890)</u>
	<u>60.778</u>	<u>50.877</u>	<u>64.010</u>	<u>52.321</u>

	Controladora e Consolidado
Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2015	(11.890)
Reversão de provisão	3.427
Constituição de provisão	<u>(785)</u>
Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2016	<u>(9.248)</u>

(i) A provisão para perda em estoques considera:

- estoques de produtos de coleções sem movimentação acima de 180 dias em que há baixa expectativa de realização e/ou realização com margem negativa; e
- matéria-prima sem movimentação há mais de 90 dias, onde leva-se em consideração o histórico de perda. A constituição de provisão para perdas dos estoques foi registrada na rubrica “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado.



## Garantias

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía R\$ 2.775 (R\$ 4.108 em 31 de dezembro de 2015) de estoques vinculados a empréstimos e financiamentos.

## 8 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PIS/Cofins (i)	6.911	6.251	7.340	6.589
Imposto de renda e contribuição social (ii)	268	2.116	1.188	3.010
IPi	880	999	963	1.083
ICMS	763	540	1.281	1.048
INSS	159	159	159	159
ISS	-	9	-	9
	<u>8.981</u>	<u>10.074</u>	<u>10.931</u>	<u>11.898</u>
Circulante	8.521	9.718	10.471	11.542
Não circulante	460	356	460	356

- (i) A Lei nº 11.941/2009, também conhecida como REFIS da Crise, instituiu a possibilidade de parcelamento de débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2008. Contudo a Lei nº 12.996/2014, que decorre da conversão em Lei da MP 638/2014 e, alterada pela MP 651/2014 estabeleceu a reabertura, até o dia 25 de agosto de 2014, para adesão ao parcelamento com a inclusão de débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013. A Companhia aderiu ao REFIS, conforme explicado na nota 17 e, até que ocorra a consolidação dos débitos, pela Receita Federal do Brasil, o montante pago das parcelas do REFIS estão sendo apresentados como PIS/ Cofins a recuperar no grupo de tributos a recuperar. O montante pago até 31 de dezembro de 2016, representa o valor de R\$ 7.240 (R\$ 5.710 em 31 de dezembro de 2015).
- (ii) Os créditos referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social são oriundos de valores retidos na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de imposto de períodos anteriores, e estão atualizados até a data do balanço com base na variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

## 9 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga, na forma de pró-labore, por serviços está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Honorários da diretoria	2.908	3.222
Conselho de administração	<u>1.057</u>	<u>714</u>
	<u>3.965</u>	<u>3.936</u>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

Em 05 de dezembro de 2014, a Companhia aprovou um único plano de Opção de Compras de Ações para os seus Administradores, o qual está detalhado na nota 24.

b. Participação dos administradores

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado apurado em cada exercício, após deduzidos eventuais prejuízos acumulados e efetuada a provisão para imposto de renda, será destinada uma quantia de até 10% para gratificações para os administradores não podendo ultrapassar o total das remunerações anuais atribuídas aos mesmos. Tal participação será provisionada no resultado do exercício e classificada como despesas gerais e administrativas, caso a Companhia apresente resultados positivos.

c. Transações e saldos – Controladora

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>Prazos médios, datas e vencimentos</u>
<b>Ativo circulante</b>				
<u>Valores a receber de partes relacionadas</u>				
<u>(Nota 6)</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	10	-	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	153	-	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>16.023</u>	<u>4.684</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>16.186</u>	<u>4.684</u>		
<b>Ativo não circulante</b>				
<u>Valores a receber de partes relacionadas</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	1.313	1.117	CDI	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>14.196</u>	<u>11.776</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>15.509</u>	<u>12.893</u>		
<b>Passivo circulante</b>				
<u>Valores a pagar a partes relacionadas</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	(25.154)	(26.992)	CDI	Indeterminado
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	(1.769)	(1.592)	CDI	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>(50)</u>	<u>(14)</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>(26.973)</u>	<u>(28.598)</u>		
Classificado como:				
Fornecedores (Nota 13)	(25.516)	(27.320)		
Débito com controladas	<u>(1.457)</u>	<u>(1.278)</u>		
	<u>(26.973)</u>	<u>(28.598)</u>		

As transações com efeito no resultado estão demonstradas a seguir:

	Vendas		Resultado financeiro	
	2016	2015	2016	2015
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	-	5	191	828
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	-	-	(179)	(140)
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>12.339</u>	<u>4.819</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>12.339</u>	<u>4.824</u>	<u>12</u>	<u>688</u>

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, assim como as transações que influenciaram o resultado desses períodos, relativos a operações com partes relacionadas foram realizadas em condições específicas acordadas entre as partes.

d. Transações e saldos – Pessoal chave da administração

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Encargos</u>	<u>Prazos médios, datas e vencimentos</u>
<b>Passivo circulante</b>				
<u>Valores a pagar a partes relacionadas</u>				
Pessoal chave da administração	(581)	(486)	1,5% a.m.	Indeterminado

Movimentação:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(486)
Juros	(95)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(581)</u>

As despesas financeiras reconhecidas no exercício foram R\$ 95. O saldo de R\$ 581 compõe o passivo em empréstimos e financiamentos (Nota 14).

Não são obtidas ou prestadas garantias sobre as transações acima efetuadas nas controladas integrais. As demais transações, substancialmente compras e vendas de produtos e mercadorias, são realizadas de acordo com as tabelas de preços vigentes à época.

A controladora não prestou avais ou fianças em nome de suas controladas.

# 10 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO DE INVESTIDAS

## a. Movimentação dos investimentos

	Investimentos				Passivo a descoberto		
	Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.	Karsten Comércio Têxtil Ltda.	Total investimento	Trucasa Comercial Ltda.	Karsten Comércio Têxtil Ltda.	Total passivo a descoberto
Saldo em 31 de dezembro de 2015	15.690	1.981	116	17.787	(1.098)	-	(1.098)
Equivalência patrimonial em controladas	(138)	(222)	-	(360)	(16)	(5.667)	(5.683)
Reclassificação de investimentos	-	-	(116)	(116)	-	116	116
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>15.552</u>	<u>1.759</u>	<u>-</u>	<u>17.311</u>	<u>(1.114)</u>	<u>(5.551)</u>	<u>(6.665)</u>

## b. Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2016

	Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	Karsten Comércio Têxtil Ltda.	Trucasa Comercial Ltda.
Resultado do exercício	(138)	(222)	(4.560)	(16)
Patrimônio líquido				
Capital	68.973	15.206	639	2.584
Reservas de lucro	3.250	-	-	-
(Prejuízos) lucros acumulados	(56.533)	(13.225)	350	(3.682)
Lucro não realizado nos estoques	-	-	(1.980)	-
Total do patrimônio líquido	<u>15.552</u>	<u>1.759</u>	<u>(5.551)</u>	<u>(1.114)</u>
Quotas	68.973	15.206	639	2.584
Participação no capital social	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%

## c. Outras informações relevantes sobre os investimentos

- (i) Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda. e Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2015, os conselheiros aprovaram a transferência das operações das controladas Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda. e Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda. localizadas na cidade de Maracanaú no estado do Ceará para a controladora Karsten S.A. na cidade de Blumenau em Santa Catarina. A produção das linhas de cama Trussardi foi retomada a partir do mês de julho de 2015.

(ii) Karsten Comércio Têxtil Ltda.

Dedicada ao ramo de serviços de licenciamento de franquias da marca Trussardi, comercialização de produtos e ainda prestação de serviço de administração financeira. Em 2015 foram inauguradas três novas lojas em São José (SC), Balneário Camboriú (SC) e Curitiba (PR) e, em 2016, foram inauguradas a loja de Porto Alegre (RS), Campinas (SP) e São Paulo (SP). Desta forma, a Companhia pretende ampliar cada vez mais a disponibilidade dos produtos ao consumidor final.

## 11. IMOBILIZADO

## a. Movimentação

	Controladora					
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento
						Total
Taxas de depreciação (%)		3,43	18,02	30,60	22,11	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	37.497	20.216	25.801	4.629	111	197
Adições (i)	-	1	5.573	1.085	180	2.941
Transferências (ii)	7.748	7.202	137	5	-	(1.127)
Baixas	-	32	(36)	(17)	-	(151)
Impairment	-	(317)	(143)	-	-	-
Impairment (Reversão)	-	-	18	-	-	-
Depreciação	-	(1.209)	(4.715)	(1.830)	(33)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>45.245</u>	<u>25.925</u>	<u>26.635</u>	<u>3.872</u>	<u>258</u>	<u>1.860</u>
Adições (iii)	-	1	8.499	1.412	38	11.685
Transferência	134	1.560	6.857	74	-	(8.625)
Baixas	-	(401)	(1.267)	(307)	(2)	(870)
Impairment (Reversão)	-	401	137	254	-	-
Depreciação	-	(1.097)	(3.900)	(1.529)	(72)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>45.379</u>	<u>26.389</u>	<u>36.961</u>	<u>3.776</u>	<u>222</u>	<u>4.050</u>

- (i) Das adições em máquinas e equipamentos em 2015, o montante de R\$ 4.299 refere-se a equipamentos adquiridos da Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda. pelo valor contábil.
- (ii) R\$ 7.748, refere-se a terrenos e R\$ 6.217 refere-se a edificações que estavam classificados em ativos mantidos para venda.
- (iii) Em 2016 foi investido o montante de R\$ 15.356 em máquinas e instalações para melhoria do processo produtivo dos setores de, fiação, tecelagem, beneficiamento, confecção e expedição.

	Consolidado						Total
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	
Taxa de depreciação (%)		3,46	18,01	29,62	22,11		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	37.497	20.567	29.545	4.970	110	198	92.887
Adições	-	98	1.563	857	180	4.169	6.867
Transferência	7.748	7.844	315	355	-	(1.847)	14.415
Baixas	-	(49)	(436)	(537)	-	(229)	(1.251)
<i>Impairment</i>	-	(488)	(143)	(3)	-	-	(634)
<i>Impairment</i> (Reversão)	-	-	381	316	-	-	697
Depreciação	=	<u>(1.306)</u>	<u>(4.717)</u>	<u>(1.692)</u>	<u>(33)</u>	=	<u>(7.748)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>45.245</u>	<u>26.666</u>	<u>26.508</u>	<u>4.266</u>	<u>257</u>	<u>2.291</u>	<u>105.233</u>
Adições	-	916	8.498	2.520	38	11.736	23.708
Transferência	134	1.601	6.857	84	-	(8.676)	-
Baixas	-	(401)	(1.412)	(338)	(2)	(870)	(3.023)
<i>Impairment</i> (Reversão)	-	401	283	254	-	-	938
Depreciação	=	<u>(1.285)</u>	<u>(3.901)</u>	<u>(1.849)</u>	<u>(72)</u>	=	<u>(7.107)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>45.379</u>	<u>27.898</u>	<u>36.833</u>	<u>4.937</u>	<u>221</u>	<u>4.481</u>	<u>119.749</u>

b. Recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado

A movimentação referente ao impairment do ativo imobilizado está apresentada a seguir:

	Controladora e <u>Consolidado</u>
Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2015	(2.012)
Baixa de provisão (i)	938
Constituição de provisão	-
Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2016	<u>(1.074)</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2016, ocorreram baixas de bens que a Companhia considerou sem condições de uso e venda, e baixas de benfeitorias em propriedade de terceiros, devido a transferência da Filial (Gaspar) para o estabelecimento matriz (Blumenau), os itens referidos tinham sido provisionados pela Companhia em anos anteriores

c. Garantias

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui bens do ativo imobilizado registrados contabilmente no valor de R\$ 119.749 (R\$ 17.459 em 31 de dezembro de 2015), avaliados a valor de mercado no valor de R\$ 206.387 (R\$ 47.134 em 31 de dezembro de 2015), dados em garantia para operações de empréstimos, financiamentos e debêntures. O valor de mercado das garantias não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



## 12. INTANGÍVEL

### a. Movimentação

	Controladora			
	Marcas e patentes	Software	Implantação ERP	Total
Taxa de amortização (%)		20		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	163	1.437	-	1.600
Adições	9	356	1.801	2.166
Transferências	-	(143)	143	-
Amortização	<u>-</u>	<u>(1.114)</u>	<u>-</u>	<u>(1.114)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>172</u>	<u>536</u>	<u>1.944</u>	<u>2.652</u>
Adições	-	383	485	868
Baixas	-	-	(1)	(1)
<i>Impairment</i> (Reversão)	-	-	29	29
Amortização	<u>-</u>	<u>(224)</u>	<u>-</u>	<u>(224)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>172</u>	<u>695</u>	<u>2.457</u>	<u>3.324</u>

  

	Consolidado				
	Marcas e patentes	Software	Implantação ERP	Ágio ( <i>Goodwill</i> )	Total
Taxa de amortização (%)		20			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.163	1.437	-	14	11.614
Adições	9	367	1.801	-	2.177
Transferência	-	(143)	143	-	-
Amortização	<u>-</u>	<u>(1.114)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.114)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>10.172</u>	<u>547</u>	<u>1.944</u>	<u>14</u>	<u>12.677</u>
Adições	-	400	486	-	886
Baixas	(25)	-	(1)	-	(26)
<i>Impairment</i> (Reversão)	-	-	29	-	29
Amortização	<u>-</u>	<u>(226)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(226)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>10.147</u>	<u>721</u>	<u>2.458</u>	<u>14</u>	<u>13.340</u>

b. Recuperabilidade (*impairment*) do Intangível

Anualmente ou quando houver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a Companhia realiza uma análise de recuperabilidade de ativo intangível de acordo com o CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda.

Em 2016, a Companhia analisou a recuperabilidade do seu ativo imobilizado e do ativo intangível marcas e patentes através do método do valor em uso e as seguintes premissas foram utilizadas para a elaboração do estudo: foram definidas premissas macroeconômicas de vendas, produção, custo da empresa ou unidade de negócio que foi avaliada. A metodologia e os cálculos foram suportados por avaliadores renomados mundialmente como Aswath Damodaran e Roger G. Ibbotson, dentre outros. As projeções de vendas, custos e despesas foram mensuradas de acordo com a vida útil residual estimada dos ativos da Companhia, sendo definido quinze anos. A taxa de desconto utilizada para trazer o fluxo de caixa a valor presente foi de 13,78% a.a.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não identificou nenhum fato novo que justificasse a necessidade de complementar a provisão para perda do Intangível (*impairment*) e, conseqüentemente manteve a provisão no montante de R\$ 19.500 constituída em 31 de dezembro de 2014 sobre marcas e patentes.

Em virtude da baixa utilização do ERP atual, a Administração decidiu pela descontinuidade do projeto e, em 2014, constituiu provisão no montante de R\$ 14.270. A Companhia adquiriu outro ERP e está em fase de implantação do novo projeto.

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores no país	16.031	17.440	17.172	18.163
Fornecedores no exterior	1.681	-	1.681	-
Valores a pagar de partes relacionadas	25.516	27.320	-	-
(-) Ajuste a valor presente	<u>(71)</u>	<u>-</u>	<u>(71)</u>	<u>-</u>
	<u>43.157</u>	<u>44.760</u>	<u>18.782</u>	<u>18.163</u>
Circulante	42.555	44.760	18.180	18.163
Não circulante	602	-	602	-

#### 14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

##### a. Composição de saldo

		Controladora		Consolidado	
	Encargos anuais (%)	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Moeda nacional					
Debêntures	CDI + 4,50 a.a.	298.699	226.601	298.699	226.601
FINEP	4 a 5,25 a.a.	4.782	7.328	4.782	7.328
BNDES FIXO	4,50 a 8 a.a.	320	418	320	418
BNDES TJLP	TJLP + 7 a.a.	59	78	59	78
Capital de giro	CDI + 5,40 a 20 a.a.	32.413	13.974	34.462	18.771
EGF	10,50 a.a.	2.036	1.503	2.036	1.503
Leasing	11,88 a 21,24 a.a.	-	215	-	215
Moeda estrangeira					
ACC	VC+ 6,20 a.a.	1.639	4.712	1.639	4.712
FINIMP	VC+ 10,00 a.a.	<u>3.479</u>	-	<u>3.479</u>	-
		<u>343.427</u>	<u>254.829</u>	<u>345.476</u>	<u>259.626</u>
Circulante		336.565	244.148	338.614	246.901
Não circulante		6.862	10.681	6.862	12.725

O montante a longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2017	-	3.819	-	5.863
2018	2.775	2.775	2.775	2.775
2019	2.104	2.104	2.104	2.104
2020	<u>1.983</u>	<u>1.983</u>	<u>1.983</u>	<u>1.983</u>
	<u>6.862</u>	<u>10.681</u>	<u>6.862</u>	<u>12.725</u>

Resumo dos empréstimos por moeda de origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Reais - R\$	338.309	250.117	340.358	254.914
Dólares dos Estados Unidos - US\$	3.517	4.712	3.517	4.712
Euro - EUR	<u>1.601</u>	-	<u>1.601</u>	-
	<u>343.427</u>	<u>254.829</u>	<u>345.476</u>	<u>259.626</u>

Movimentação dos empréstimos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	254.829	259.626
Captações	71.508	71.508
Juros	74.962	75.582
Variação cambial	(911)	(911)
Pagamento de principal	(54.423)	(57.152)
Pagamento de juros	<u>(2.538)</u>	<u>(3.177)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>343.427</u>	<u>345.476</u>

## Debêntures

Em 22 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 1ª emissão de 158 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, no valor total de R\$ 158.501, destinadas exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e legislação aplicável, as quais foram distribuídas em regime de garantia firme.

As debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, contados da sua emissão, observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado facultativo e de amortizações extraordinárias facultativas. O vencimento final de ambas as séries, ocorreu no dia 10 de janeiro de 2017 conforme mencionado na nota 1. As debêntures têm carência de 15 meses contados da data de emissão para início da amortização de principal e a remuneração incidente sobre elas será paga trimestralmente, a partir da data de emissão, sendo seu valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais). O custo desse instrumento foi firmado em CDI + 4,5% ao ano.

As debêntures foram emitidas em duas séries conforme a seguir:

- (i) 1ª série: até R\$ 139.040;
- (ii) 2ª série: até R\$ 19.461.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das debêntures foram utilizados para (i) alongamento do perfil de dívida da Companhia e de suas sociedades controladas; e (ii) reforço do seu capital de giro.

Em 16 de dezembro de 2013, a Assembleia Geral dos Debenturistas aprovou as seguintes alterações nas condições originais de emissão das debêntures:

- redução da taxa de juros da operação de 4,5% a.a para 3% a.a para o período outubro de 2013 a janeiro de 2015;
- carência para o pagamento do principal até janeiro de 2015; e
- carência para pagamento dos juros até outubro de 2014.

Em 13 de março de 2014, em Assembleia Geral dos Debenturistas, os debenturistas aprovaram:

- ratificação de “waiver” (consentimento) referente ao não cumprimento dos “covenants” (índices financeiros); e
- autorização para a venda e liberação do imóvel denominado ETE (estação de tratamento de efluentes) dado em garantia das debêntures.

Em 04 de abril de 2014, em Assembleia Geral dos Debenturistas, os debenturistas aprovaram:

- estabelecimento de novo índice financeiro, em complemento àqueles constantes da alínea (y) do item 4.13.1 da Escritura de Emissão, representando a obrigação da emissora de que o endividamento máximo seja de R\$ 356.860 em setembro de 2014;
- autorização para que a emissora utilize os recursos da venda da ETE para reforço do capital de giro; e
- autorização para alienação das fazendas de propriedade da emissora e utilização dos recursos para amortização de dívidas mais onerosas para a emissora.

Em 29 de setembro de 2014 houve a entrada de novos acionistas ocorrendo alteração do controle societário da Companhia. Foram retomadas as negociações junto aos credores das debêntures com o objetivo de alterar o cronograma de amortização de forma a adequar o pagamento da operação à previsão de geração de caixa da Companhia. Essa adequação levou em consideração as necessidades de investimentos para os próximos anos necessários para retomar resultados positivos e diminuição da alavancagem financeira.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não atingiu os índices financeiros constantes da alínea (y) do item 4.13.1 da Escritura de Emissão, desta forma não cumprindo os “covenants” previstos. Consequentemente, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o saldo das debêntures registrados no passivo não circulante no montante de R\$ 70.533. A partir de 01 de janeiro de 2015, devido a dificuldade de geração de caixa, a Companhia optou em descontinuar com os pagamentos das debêntures conforme mencionado na nota 1. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia também não atingiu os índices financeiros e o “waiver” (consentimento) não havia sido emitido. Com o objetivo de adequar o pagamento das debêntures à previsão de geração de caixa da Companhia, em 2016, conforme mencionado na nota 1, a Companhia retomou o processo de interlocução iniciado em setembro de 2014 junto aos credores das debêntures.

Atualmente está em trâmite, a ação de execução de debêntures a que se refere a 1ª série de emissão, conforme mencionado na nota 1 desta demonstração financeira padronizada.

b. Cláusulas restritivas

As debêntures mencionadas anteriormente possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Os referidos índices são os seguintes:

- relação entre dívida líquida e EBITDA (refere-se à sigla em inglês para “Lucro antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda, depreciação e amortização/exaustão”) igual ou inferior a 4,0 vezes para todos os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2014;
- relação entre EBITDA e despesa financeira líquida maior ou igual a 1,7 vezes para todos os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2014;

- relação entre ativo circulante e passivo circulante igual ou superior a 1,2 vezes para todos os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2014.

Conforme informado anteriormente a Companhia não atingiu os índices financeiros de “*covenants*” em 31 de dezembro de 2014 e por este motivo, a dívida foi reclassificada para o passivo circulante. Em 31 de dezembro de 2016 esse *status* não se alterou.

Os demais contratos de empréstimos firmados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas.

c. Garantias

Em 31 de dezembro de 2016 o valor de mercado das garantias de hipotecas de imóveis, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, penhor mercantil, recebíveis e estoques oferecidos em garantia de operações financeiras representava R\$ 218.249 (R\$ 167.800 em 31 de dezembro de 2015). O valor de mercado das garantias não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 15. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a. Composição das provisões e dos depósitos judiciais

	Controladora			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Depósito judicial	Provisão para risco	Depósito judicial	Provisão para contencioso
Trabalhistas e previdenciárias	263	2.203	760	3.943
Cíveis	-	1.433	-	440
Fiscais	<u>232</u>	<u>15.848</u>	<u>232</u>	<u>4.391</u>
	<u>495</u>	<u>19.484</u>	<u>992</u>	<u>8.774</u>
	Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Depósito judicial	Provisão para contencioso	Depósito judicial	Provisão para contencioso
Trabalhistas e previdenciárias	286	2.272	782	4.248
Cíveis	-	1.434	-	440
Fiscais	<u>232</u>	<u>15.935</u>	<u>232</u>	<u>5.215</u>
	<u>518</u>	<u>19.641</u>	<u>1.014</u>	<u>9.903</u>

b. Movimentação

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.774	9.903
Baixa de processos	(935)	(881)
Pagamento de processos	(1.767)	(1.821)
Mudança de estimativa nos processos em aberto	13.392	12.420
Entrada de novos processos	<u>20</u>	<u>20</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>19.484</u>	<u>19.641</u>

c. Natureza

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros em andamento, os quais estão sendo discutidos na esfera administrativa e/ou judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Os processos com risco de perda provável são estimados e provisionados pela administração amparadas pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

- Fiscais - referem-se ao Pedido de Ressarcimento de Crédito Presumido de IPI - Período de 1998 a 2003, Pedido de Ressarcimento de Cofins Não-Cumulativo 3º Trimestre de 2004, Pedido de Ressarcimento de PIS/Pasep Não-Cumulativo relativo as Exportações realizadas no 3º Trimestre de 2004 e auto de infração emitido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, sobre créditos de PIS e Cofins sobre comissões;
- Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- Ações cíveis - as principais ações se referem a ação de cobrança de comissões, Instauração de procedimento arbitral, relativo a rescisão de contrato de franquias e outras ações que são processadas na justiça comum.

d. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza fiscal, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração e pelos seus assessores jurídicos como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme a seguir:

- Fiscal: R\$ 35.095 (R\$ 21.042 em 31 de dezembro de 2015), composto por 42 processos. As principais ações referem-se a Autos de Infração de Declaração de Importação, diferenças de PIS e Cofins no ano de 2009 a 2010 no valor de R\$ 221; Ressarcimento de IPI do 1º ao 3º Trimestre de 2011 no valor de R\$ 600; Notificação Fiscal de Contribuições Previdenciárias no ano de 2008 no valor de R\$ 9.296; Autos de Infração ITR – Ano Base 2003 a 2011 no valor de R\$ 725; Auto de Infração sobre IRPJ, CSLL, PIS e Cofins sobre o Mútuo no ano de 2006 no valor de R\$ 4.625; Auto de Infração no ano de 2008 de Multa por falta de informações na entrega da GFIPS no valor de R\$ 1.184; Glosa na Declaração de

PIS e Cofins no ano de 2006 no valor de R\$ 1.087; Notificação Fiscal ref. a Contribuição para Financiamento de Aposentadoria Especial no ano de 2006 no valor de R\$ 2.446 e Auto de Infração sobre PIS e Cofins competência janeiro/2012 a 12/2013 referente aos Créditos Extemporâneos no valor de R\$ 4.683;

- Trabalhistas: R\$ 6.077 (R\$ 5.891 em 31 de dezembro de 2015), composto por 57 processos. Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- Cíveis: R\$ 1.041 (R\$ 1.183 em 31 de dezembro de 2015), composto por 12 processos. As principais ações referem-se a processos de clientes e outras que são processadas na justiça comum.

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a. Apuração dos tributos do exercício com efeito no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo contábil antes dos impostos	(96.185)	(49.101)	(96.185)	(49.083)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
	32.703	16.695	32.703	16.688
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(2.055)	982	-	-
Despesas indedutíveis	(169)	(64)	-	(84)
Imposto de renda e contribuição social	30.479	17.613	32.703	16.604
Parcela não reconhecida de prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(30.873)	(18.076)	(33.097)	(17.085)
Imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado	(394)	(463)	(394)	(481)
Corrente	-	-	-	(105)
Diferido	(394)	(463)	(394)	(376)
	(394)	(463)	(394)	(481)

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui R\$ 179.313 (R\$ 97.576 em 31 de dezembro de 2015) de prejuízo fiscal e R\$ 180.643 (R\$ 98.725 em 31 de dezembro de 2015) de base negativa de contribuição social que podem ser utilizados para compensar até 30% do lucro tributável anual futuro, por prazo indeterminado.

Conforme mencionado na nota 1, nos últimos exercícios a Companhia apresentou prejuízos contábeis e fiscais. Devido à falta de um histórico consistente e em face das expectativas atuais da Companhia sobre a sua possibilidade de geração futura de lucro tributável, não foram atendidas as condições necessárias, para constituição de imposto de renda diferido ativo sobre os referidos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.



A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social não possuem prazo de prescrição e são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

b. Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Controladora		
	31/12/2015	Adições	31/12/2016
Passivo			
Receitas não tributadas	(2.726)	(151)	(2.877)
Custo atribuído	(36.908)	-	(36.908)
Depreciação vida útil	<u>(24.550)</u>	<u>(1.009)</u>	<u>(25.559)</u>
	(64.184)	(1.160)	(65.344)
Alíquota nominal - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>(21.823)</u>	<u>(394)</u>	<u>(22.217)</u>
	Consolidado		
	31/12/2015	Adições	31/12/2016
Passivo			
Receitas não tributadas	(2.726)	(151)	(2.877)
Custo atribuído	(36.908)	-	(36.908)
Depreciação vida útil	<u>(26.255)</u>	<u>(1.009)</u>	<u>(27.264)</u>
	(65.889)	(1.160)	(67.049)
Alíquota nominal - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>(22.402)</u>	<u>(394)</u>	<u>(22.796)</u>

## 17. IMPOSTOS E OBRIGAÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PIS/Cofins – Parcelamento Lei 12.996 (i)	45.613	25.151	45.613	25.151
PIS/Cofins – Parcelamento PGFN	7.875	7.229	7.875	7.229
PIS/Cofins	1.437	1.059	3.457	3.070
INSS	1.755	2.172	1.755	2.172
ICMS	1.501	359	1.739	803
Outros	<u>1.030</u>	<u>969</u>	<u>1.403</u>	<u>1.326</u>
	<u>59.211</u>	<u>36.939</u>	<u>61.842</u>	<u>39.751</u>
Circulante	58.080	35.343	60.699	37.956
Não circulante	1.131	1.596	1.143	1.795

(i) A Lei nº 11.941/2009, instituiu a possibilidade de parcelamento de débitos federais vencidos até 30/11/2008. Contudo a Lei nº 12.996/2014, que decorre

da conversão em Lei da MP 638/2014 e, alterada pela MP 651/2014 estabeleceu a reabertura, até o dia 25 de agosto de 2014, para a adesão ao parcelamento com a inclusão de débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013.

A Companhia, tendo como premissa básica o fato de que os débitos confessados a título de PIS e Cofins em DCTF, não foram objeto de qualquer alteração, nem para diminuir, nem para aumentar os débitos, e tendo a possibilidade para a realização de retificações da DCTF, promoveu a “desvinculação” dos DARF’s originalmente vinculados aos débitos declarados. Com isso, a Companhia entendeu que tornou-se devedora de débitos já declarados anteriormente a título de PIS entre as competências de outubro de 2009 a novembro de 2013 e a título de Cofins entre as competências de setembro de 2009 a novembro de 2013. Ao montante dos débitos foram acrescidos juros “Selic” e multas de mora, que perfizeram na data da desvinculação um total de débitos de R\$ 56.108.

O saldo de débitos já existentes decorrentes de parcelamentos ordinários anteriores no montante de R\$ 6.510, somado ao valor dos débitos de PIS e Cofins decorrentes das “desvinculações” acima mencionados, totalizaram R\$ 62.618 a serem parcelados nos termos da Lei nº 12.996/2014. Aplicou-se as reduções de multa e juros previstas pela Lei nº 11.941/2009 para o caso de parcelamento em 180 parcelas e o abatimento de multas e juros com créditos próprios de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL existentes em períodos anteriores.

Após as devidas reduções e abatimentos previstos em lei, a Companhia utilizou créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL na amortização do saldo parcelado, conforme estabelece a MP 651/2014, em seu art. 33, a possibilidade de utilização de créditos próprios de prejuízos fiscais e de bases de cálculo negativas de CSLL entre empresa controladora e controlada. Após tal amortização, o saldo parcelado de débitos fiscais passou a ser R\$ 11.830, os quais serão pagos em 180 parcelas acrescidas de juros Selic como previsto pela legislação.

A Administração com o suporte dos seus assessores legais, entende que possui argumentos válidos para ser considerada apta a adesão ao programa de parcelamento de débitos fiscais, porém reconhece que como forma de preservar as informações financeiras e contábeis da Companhia e consequentemente seus acionistas, não deve reconhecer os seus efeitos contábeis até que haja a homologação definitiva pela autoridade fiscal sobre a maneira como a Administração entende que poderia aderir ao Refis. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras ainda não havia ocorrido a homologação pelas autoridades fiscais. Dessa forma, até que ocorra a consolidação dos débitos do REFIS, pela Receita Federal do Brasil, o montante dos pagamentos desvinculados de PIS/ Cofins, de outubro de 2009 até novembro de 2013, e utilizados para compensações de PIS/ Cofins a partir de outubro de 2014, estão sendo apresentados como PIS/ Cofins a recolher no grupo de obrigações fiscais a recolher e são corrigidos por multa e juros.

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital social

O capital social no montante de R\$ 100.024 é dividido em 28.784.041 ações ordinárias e 33.269.710 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 62.053.751 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 28 de abril de 2016 o grupamento das ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social da Companhia, à razão de 10 (dez) ações para 1 (uma), de forma que cada lote de 10 (dez) ações seja agrupado em 1 (uma) única ação, sem modificação do capital social, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 6.404/76. As frações de ações detidas por acionistas da Companhia resultantes deste procedimento de grupamento serão complementadas por frações de ações a serem doadas direta ou indiretamente por Kasavii Participações S.A., acionista da Karsten S.A., de forma que cada acionista da Companhia receba a fração necessária para garantir a propriedade do próximo número inteiro de ações após a aplicação do fator de grupamento.

O valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ (33,73) (R\$ (18,67) em 31 de dezembro 2015).

### b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal não apresenta saldo por ter sido integralmente utilizada para compensar prejuízos acumulados.

### c. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2010, a Companhia e suas controladas, efetuaram a avaliação dos seus terrenos pelo custo atribuído. Os bens avaliados que receberam o custo atribuído foram aqueles adquiridos até 31 de dezembro de 2008. A diferença entre o valor contábil e o valor da avaliação foram registrados na rubrica contábil “ajuste a avaliação patrimonial” líquido do efeitos dos impostos.

## 19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta de vendas e serviços				
Mercado interno	354.131	293.762	357.176	289.845
Mercado externo	31.129	23.983	31.129	23.983
Prestação de serviços	-	-	574	361
Venda de sub-produtos	957	-	957	-
(-) Ajuste a valor presente	(4.710)	-	(4.710)	-
(-) Devoluções e abatimentos	(14.572)	(8.272)	(18.332)	(9.653)
Receita operacional antes dos impostos	366.935	309.473	366.794	304.536
(-) Impostos sobre vendas	<u>(55.435)</u>	<u>(42.292)</u>	<u>(55.524)</u>	<u>(41.823)</u>
Receita operacional líquida	<u>311.500</u>	<u>267.181</u>	<u>311.270</u>	<u>262.713</u>

## 20. DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Depreciação e amortização (nota 11 e 12)	(6.822)	(8.901)	(7.333)	(8.862)
Despesas com pessoal	(103.879)	(88.011)	(106.652)	(89.983)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(100.808)	(74.267)	(108.425)	(71.816)
Ajustes de inventário	192	260	192	(220)
Provisão para perdas nos estoques (nota 7)	2.642	(5.227)	2.642	68
Frete e demais despesas variáveis	(15.042)	(15.251)	(15.047)	(15.449)
Comissões e indenizações a representantes	(14.129)	(12.887)	(14.179)	(12.875)
Despesas com vendas e marketing	(7.943)	(6.972)	(9.063)	(7.183)
Aluguéis e utilidades	(22.511)	(12.726)	(23.976)	(13.239)
Serviços profissionais	(17.488)	(15.552)	(18.149)	(16.277)
Outros Gastos	<u>(22.838)</u>	<u>(18.637)</u>	<u>(13.704)</u>	<u>(17.004)</u>
	<u>(308.626)</u>	<u>(258.171)</u>	<u>(313.694)</u>	<u>(252.840)</u>
Classificadas como:				
Custos dos produtos vendidos	(201.495)	(167.846)	(200.089)	(159.461)
Despesas com vendas	(72.445)	(66.237)	(78.906)	(67.873)
Despesas gerais e administrativas	<u>(34.686)</u>	<u>(24.088)</u>	<u>(34.699)</u>	<u>(25.506)</u>
	<u>(308.626)</u>	<u>(258.171)</u>	<u>(313.694)</u>	<u>(252.840)</u>

## 21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras				
Juros recebidos	1.721	2.052	1.560	1.292
Descontos recebidos	147	259	244	301
Variações cambiais ativas	3.325	3.107	3.325	3.158
Rendimentos de aplicações financeiras	487	676	857	2.979
Ajuste a valor presente	4.621	-	4.621	-
Outras receitas financeiras	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>20</u>	<u>-</u>
	<u>10.321</u>	<u>6.094</u>	<u>10.627</u>	<u>7.730</u>
Despesas financeiras				
Juros e encargos	(16.259)	(5.855)	(16.212)	(5.855)
Descontos concedidos	(49)	(6)	(51)	(6)
Variações cambiais passivas	(3.769)	(4.008)	(3.769)	(4.751)
Despesas bancárias	(943)	(690)	(1.333)	(972)
Encargos financeiros com financiamentos	(2.830)	(5.335)	(3.450)	(6.456)
Encargos financeiros com debêntures	(72.132)	(48.799)	(72.132)	(48.799)
Ajuste a valor presente	(2.817)	-	(2.817)	-
Outras despesas financeiras	<u>(5.961)</u>	<u>(1.902)</u>	<u>(6.140)</u>	<u>(2.259)</u>
	<u>(104.760)</u>	<u>(66.595)</u>	<u>(105.904)</u>	<u>(69.098)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(94.439)</u>	<u>(60.501)</u>	<u>(95.277)</u>	<u>(61.368)</u>

## 22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Outras receitas				
Receita na venda de ativo imobilizado, intangível e biológico	667	2.432	683	2.452
Ganho na venda de ativos destinados para venda	-	2.120	-	2.120
Vendas de subprodutos	1.535	990	1.534	1.736
Receita de energia de reserva	409	-	409	-
PIS e Cofins sobre depreciação	129	117	129	117
Aluguéis recebidos	227	224	227	224
Outras receitas	<u>135</u>	<u>5.112</u>	<u>277</u>	<u>7.403</u>
	<u>3.102</u>	<u>10.995</u>	<u>3.259</u>	<u>14.052</u>
Outras despesas				
Custo referente baixa de ativo imobilizado, intangível e biológico	(1.966)	(2.285)	(2.117)	(6.005)
Perda do valor não recuperável intangível (nota 12)	29	-	29	3.068
Perdas e impostos sobre vendas diversas	(1.094)	(546)	(1.096)	(360)
Provisão para perda com desvalorização de ativos	792	18	938	697
Reversão de verbas de publicidade	1.071	(1.850)	1.071	(1.850)
Outras despesas	<u>(511)</u>	<u>(6.829)</u>	<u>(568)</u>	<u>(7.190)</u>
	<u>(1.679)</u>	<u>(11.492)</u>	<u>(1.743)</u>	<u>(11.640)</u>
Outros resultados líquidos	<u>1.423</u>	<u>(497)</u>	<u>1.516</u>	<u>2.412</u>

## 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Gerenciamento do risco financeiro

#### Visão geral

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco de crédito
- Risco liquidez
- Risco operacional

Essa nota apresenta (i) informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas à cada um dos riscos supramencionados; (ii) os objetivos da Companhia e suas controladas; (iii) as políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e; (iv) o gerenciamento de capital da Companhia e suas controladas. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas possuem e seguem políticas de gerenciamento de risco que orientam em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade e exposição das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou manter o nível de flexibilidade financeira.

A diretoria executiva examina e revisa informações financeiras incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de riscos.

a. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(i) *Risco cambial*

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam os valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A Administração estabeleceu uma política que admite uma exposição cambial de até US\$ 4 milhões de dólares para mais ou para menos, considerando-se a diferença entre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira. De acordo com a política da Companhia e suas controladas são vedadas a utilização de qualquer instrumento financeiro indexado a moedas estrangeiras para outros fins que não os de proteção cambial.

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólar americano) nos montantes descritos a seguir.

## Exposição cambial líquida

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Moeda estrangeira (US\$/EUR mil)	Reais	Moeda estrangeira (US\$/EUR mil)	Reais
<u>Ativo</u>				
Caixa	8	26	6	22
Contas a receber (US\$)	<u>1.676</u>	<u>5.462</u>	<u>1.537</u>	<u>6.011</u>
	<u>1.684</u>	<u>5.488</u>	<u>1.543</u>	<u>6.033</u>
<u>Passivo</u>				
Fornecedores	(516)	(1.681)	-	-
Empréstimos	(1.571)	(5.118)	(1.207)	(4.712)
Comissões a pagar	<u>(10)</u>	<u>(32)</u>	<u>(52)</u>	<u>(202)</u>
	<u>(2.097)</u>	<u>(6.831)</u>	<u>(1.259)</u>	<u>(4.914)</u>
Exposição líquida	<u>(413)</u>	<u>(1.343)</u>	<u>284</u>	<u>1.119</u>

### (ii) *Risco com taxa de juros*

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

### (iii) *Análise de sensibilidade*

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP. Em 31 de dezembro de 2016 a Administração considerou como cenário provável para análise de sensibilidade a taxa de CDI de 10,25 % a.a. e TJLP de 7,5 % a.a.. Um total de empréstimos de R\$ 38.487 é corrigido por taxa fixa e por isso não está sujeito à análise de sensibilidade.

Além disso, a Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2016 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa média projetada pelo mercado de R\$ 3,45 para Dólar e de R\$ 3,64 para Euro.



Os cenários a seguir foram estimados para o período de um ano:

	31/12/2016	Risco	Consolidado					
			Provável		25%		50%	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Taxa de Juros								
Operação								
Aplicações financeiras	6.248	Alta do CDI	10,25	(211)	17,04	213	20,45	426
Empréstimos	301.812	Alta do CDI	10,25	10.201	17,04	(10.284)	20,45	(20.568)
Operação								
Empréstimos	59	Alta da TJLP	7,5	-	9,38	(1)	11,25	(2)
Total	<u>308.119</u>			<u>9.990</u>		<u>(10.072)</u>		<u>(20.144)</u>
Taxa de câmbio								
Exposição líquida	3.517	Alta do US\$	3,45	(206)	4,07	(879)	4,89	(1.758)
Exposição líquida	1.601	Alta do EUR	3,64	(94)	4,30	(400)	5,16	(800)

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Grupo de clientes.

A Política de Crédito do mercado interno segue os preceitos da Política de Crédito e Cobrança da Companhia e suas controladas. Toda a carteira de clientes ativos é gerenciada diariamente por informações internas e por um critério de classificação e de pontuação do comportamento do cliente no mercado. Conforme o grau de risco, a classificação e pontuação do cliente aumentam ou diminuem; nesta última situação o cliente é reanalisado para liberação ou bloqueio. Este procedimento é realizado para clientes com pedidos carteira e no processo produtivo. Neste caso se a classificação altera para risco muito alto, o sistema informatizado sinaliza e toda mercadoria alocada ao cliente é direcionada para outro cliente.

(i) *Contas a receber de clientes e outros créditos*

Todos os clientes possuem um limite de crédito definido conforme os critérios de alçada de limite da política de crédito. Qualquer mudança que altere o cenário de risco do cliente pode gerar uma nova reavaliação, adequando o crédito à nova situação.

Concedido o crédito, os clientes com pedidos possuem acompanhamento e atualização das informações internas e do mercado, avaliando periodicamente os níveis de riscos e se os pontos positivos avaliados anteriormente permanecem. A avaliação de riscos de crédito é feita de forma clara e objetiva observando os riscos internos e externos.

Portanto, os riscos que a Companhia e suas controladas avaliam são com evidências e fatos que tenham a previsibilidade de ocorrência e que possam ser mensurados com maior proximidade do realismo e segurança.

(ii) *Equivalentes de caixa*

A Companhia monitora ativamente as suas posições e a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(iii) *Exposição ao risco de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	541	339	1.658	3.835
Aplicações financeiras	2.888	5.978	5.354	5.978
Contas a receber de clientes	105.298	82.556	90.867	77.786
Outras contas a receber	<u>6.853</u>	<u>5.632</u>	<u>7.715</u>	<u>5.622</u>
	<u>115.580</u>	<u>94.505</u>	<u>105.594</u>	<u>93.221</u>

(iv) *Perdas por redução ao valor recuperável de ativos*

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período.

c. Risco de liquidez

É o risco da Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e suas controladas e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e suas controladas, cumprimento de cláusulas e das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Controladora				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Empréstimos	337.377	3.047	4.275	-
Fornecedores	42.626	602	-	-
Outras contas a pagar	<u>11.305</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>391.308</u>	<u>3.649</u>	<u>4.275</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2015				
Empréstimos	245.903	4.697	7.795	-
Fornecedores	44.760	-	-	-
Outras contas a pagar	<u>8.575</u>	<u>316</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>299.238</u>	<u>5.013</u>	<u>7.795</u>	<u>-</u>
Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Empréstimos	339.560	3.047	4.275	-
Fornecedores	18.251	602	-	-
Outras contas a pagar	<u>11.780</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>369.591</u>	<u>3.649</u>	<u>4.275</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2015				
Empréstimos	249.253	6.892	7.795	-
Fornecedores	18.163	-	-	-
Outras contas a pagar	<u>9.012</u>	<u>316</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>276.428</u>	<u>7.208</u>	<u>7.795</u>	<u>-</u>

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros, danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custo.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar os riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade

é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e suas controladas para a administração de riscos operacionais.

e. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrarem seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Total dos empréstimos (nota 14)	343.427	254.829	345.476	259.626
(-) caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(541)	(339)	(1.658)	(3.835)
(-) aplicações financeiras (nota 5)	<u>(2.888)</u>	<u>(5.978)</u>	<u>(5.354)</u>	<u>(5.978)</u>
Dívida líquida	<u>339.998</u>	<u>248.512</u>	<u>338.464</u>	<u>249.813</u>

Para diminuir o grau de endividamento bancário a Companhia adotou diversas ações onde destaca as principais:

- redução de custos e despesas através do orçamento matricial;
- reestruturações no modelo de negócio para alavancar receitas: Abertura de lojas com ênfase no varejo;
- redução gradual das linhas com menores margens, objetivando melhorar as margens de lucratividade.

f. Classificação dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- caixa e bancos - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- aplicações financeiras - são classificadas como empréstimos e recebíveis.
- contas a receber - são classificados como empréstimos e recebíveis, apresentadas pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

- partes relacionadas - são classificados como empréstimos e recebíveis, apresentadas pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.
- empréstimos - são classificados como outros passivos financeiros, e são contabilizados inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis.

#### Instrumentos financeiros por categoria – Consolidado

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa – empréstimos e recebíveis	1.658	3.835
Aplicações financeiras – empréstimos e recebíveis	5.354	5.978
Clientes – empréstimos e recebíveis	<u>90.867</u>	<u>77.786</u>
	<u>97.879</u>	<u>87.599</u>
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores – passivos financeiros a custo amortizado	18.782	18.163
Outras contas a pagar – passivos financeiros a custo amortizado	32.867	29.557
Empréstimos e financiamentos – passivos financeiros a custo amortizado	<u>345.476</u>	<u>259.626</u>
	<u>397.125</u>	<u>307.346</u>

#### Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos em aberto.

## 24. PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

Em 05 de dezembro de 2014 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um único Plano de Opção de Compra de Ações aos administradores da Companhia.

A outorga de Opções dentro do Plano Geral confere direitos sobre um número de ações de emissão da Companhia, observado o limite de 4.806.935 ações ordinárias e 5.556.976 ações preferenciais, mantida sempre a proporcionalidade atual entre as ações ordinárias e as ações preferenciais. Cada Opção de Compra outorgada permitirá ao Beneficiário o direito de subscrever uma ação da Companhia.

O preço a ser pago para a Companhia quando do exercício das Opções outorgadas será determinado de acordo com o resultado da aferição do parâmetro de desempenho a seguir descrito, a ser calculado na data do exercício da Opção: soma da ROL de 2014 até o último dia do respectivo período de aquisição do direito, dividido pelo lucro bruto apurado no

mesmo intervalo de tempo. O resultado em reais apurado sofrerá um deságio de 20% e será representativo do preço a ser pago por cada lote de 10.000 ações.

As regras do Plano de Opção propõem que as Opções de Compra poderão ser exercidas total ou parcialmente no prazo e período fixado em cada Programa, contados da data de outorga do Plano. Foi fixado o seguinte prazo de carência para o exercício de Opções de Compra:

<b>Períodos para aquisição do direito ao exercício das opções</b>	<b>Prazos de Carência para o exercício das opções</b>	<b>Percentual de opções liberado para exercício</b>	<b>Quantidade de dias úteis *</b>
Primeiro Período – exercício social de 2016	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2016	31,25% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários	543
Segundo Período – exercício social de 2017	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2017	31,25% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários	792
Terceiro Período – exercício social de 2019	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2019	37,50% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários	1.296

\* As Opções de Compra poderão ser exercidas em até 30 (trinta) dias contados da data da AGE em que se tornam exercíveis. Caso o Beneficiário não exerça as Opções de Compra dentro deste prazo, estas opções serão consideradas extintas, de pleno direito.

O Beneficiário deverá pagar o preço da Opção de Compra à vista, nos termos do Plano de Opção.

O valor justo médio ponderado foi determinado com base no método Black & Scholes European Style Options, considerando os seguintes fatores:

<b>Código da ação</b>	<b>Tipo da ação</b>	<b>Prazo da opção (em dias úteis)</b>	<b>Quantidade de opções</b>	<b>Volatilidade da ação (%)</b>	<b>Taxa de juros livre de risco (%)</b>	<b>Preço da ação</b>	<b>Preço do exercício</b>	<b>Precificação da Opção</b>	<b>Diferença da Opção</b>	<b>Valor a apropriar em (R\$ mil)</b>
CTKA 3	Ordinária	543	1.502.168	430,18%	12,73%	1,50	0,0002	1,50	1,50	2.253
CTKA 3	Ordinária	792	1.502.168	430,18%	12,55%	1,50	0,0002	1,50	1,50	2.253
CTKA 3	Ordinária	1296	1.802.599	430,18%	12,19%	1,50	0,0002	1,50	1,50	2.704
CTKA 3	Preferencial	543	1.736.556	135,26%	12,73%	0,36	0,0002	0,36	0,15	625
CTKA 3	Preferencial	792	1.736.556	135,26%	12,55%	0,36	0,0002	0,36	0,21	625
CTKA 3	Preferencial	1296	2.083.864	135,26%	12,19%	0,36	0,0002	0,36	0,29	750
			<u>10.363.911</u>							<u>9.210</u>

A reserva registrada no patrimônio líquido, acumulada desde o seu lançamento (05 de dezembro de 2014) até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 6.182.

## 25. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS CONSOLIDADOS

Até o segundo trimestre de 2016, a Administração da Companhia efetuava a análise do negócio, segmentando-o por linha de produto, Decoração, Bordar, Cama, Mesa e Banho. No último ano a Companhia teve como estratégia aumentar sua participação no varejo, através de abertura de lojas próprias.

Em virtude do processo de reestruturação, a Administração da Companhia redefiniu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração.

A Administração da Companhia definiu que os mercados de atuação estão segmentados em Indústria e Varejo.

	Consolidado			
	Indústria	Varejo	Segmentos consolidados nas bases do relatório gerencial	31/12/2016
Receita líquida de vendas	302.232	8.464	310.696	310.696
Custo do produto vendido	(193.925)	(6.164)	(200.089)	(200.089)
Lucro bruto	108.307	2.300	110.607	110.607
Contas a receber de clientes	88.391	2.476	90.867	90.867
Contas a pagar de fornecedores	18.270	512	18.782	18.782
Imobilizado	116.487	3.262	119.749	119.749
	Indústria	Varejo	Segmentos consolidados nas bases do relatório gerencial	31/12/2015
Receita líquida de vendas	260.396	1.956	262.352	262.352
Custo do produto vendido	(158.244)	(1.217)	(159.461)	(159.461)
Lucro bruto	102.152	739	102.891	102.891
Contas a receber de clientes	77.207	579	77.786	77.786
Contas a pagar de fornecedores	18.028	135	18.163	18.163
Imobilizado	104.449	784	105.233	105.233

Além das receitas líquidas de vendas acima apresentadas, a Companhia e suas controladas obtiveram receitas de serviços R\$ 574 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 361 em 31 de dezembro de 2015).

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela diretoria-executiva.

A Companhia e suas controladas não possuem nenhum cliente que represente mais de 10% das receitas totais.

A Companhia efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de produto industrializado e vendas no varejo, independentemente de sua localização geográfica.

## 26. INCENTIVOS FISCAIS

A controlada Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda. goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos na comercialização de produtos. Esses incentivos, consistem na redução de 69,75% do imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) tendo como base o valor do imposto a pagar. A controlada não utilizou o incentivo nesse exercício.

A controlada Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda. goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos na comercialização de produtos. Esses incentivos consistem na redução de 60% do imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) tendo como base o valor do imposto a pagar. Nos anos de 2015 e 2016 a controlada não apurou incentivos.

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos nas compras e comercialização de produtos. Esses incentivos consistem em diferimento do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) nas aquisições de produtos dentro do Estado e redução do valor a pagar sobre a apuração fiscal. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apurou o valor de R\$ 20.645 (R\$ 18.170 em 31 de dezembro 2015) registrados contabilmente como redutora de impostos sobre vendas – ICMS.

As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado do exercício e submetida à Assembleia dos acionistas para aprovação de sua destinação.

## 27. RESULTADO POR AÇÃO

### Básico e diluído

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia e suas controladas, pela quantidade média ponderada das ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

### Cálculo do lucro/prejuízo básico por ação

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do exercício atribuível aos detentores de ações:	(96.579)	(49.564)
Ações ordinárias e preferenciais	<u>6.205</u>	<u>6.205</u>
Resultado líquido por ação básico - R\$	<u>(15,56)</u>	<u>(7,99)</u>



### Cálculo do lucro/prejuízo diluído por ação

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do exercício atribuível aos detentores de ações:	(96.579)	(49.564)
Número médio ponderado de ações em circulação - básico	6.205	6.205
Número de ações potenciais (opções de ações)	1.036	1.036
Número médio ponderado de ações em circulação - diluído	<u>7.241</u>	<u>7.241</u>
Resultado líquido diluído por ação - R\$	<u>(13.34)</u>	<u>(6.84)</u>

## 28. COMPROMISSOS

### a. Compromissos para aquisição de ativos

A Companhia possui contratos para aquisição de ativos para 31 de dezembro de 2016, sendo que estes não foram incorridos até o encerramento do exercício.

	Controladora e Consolidado
Máquinas e Equipamentos	<u>1.288</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.288</u>

### b. Compromissos com arrendamento mercantil operacional

A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel de lojas, onde atuam como arrendatária. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento operacional, já que não há a transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo alugado junto aos arrendados. Os pagamentos são contabilizados no resultado do exercício, de forma linear, durante os períodos de vigência desses contratos.

### c. Outros compromissos

A Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo firmados com fornecedores, os quais preveem penalidades para a Companhia e suas controladas em caso de descontinuidade antecipada desses contratos conforme a seguir:

Contratos de Algodão = Caso a Companhia não cumpra os contratos de algodão e este contrato estiver registrado em bolsa, este contrato vai para arbitragem (na Bolsa onde o contrato foi registrado) e se a parte faltante não cumprir o determinado pelo laudo arbitral ela se torna inadimplente perante o mercado de algodão. De posse do laudo arbitral, a parte ganhadora pode entrar na justiça comum contra a parte faltante.

## 29. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais nos totais de R\$ 735.767 e R\$ 679.635, respectivamente para o Grupo e para a Companhia, era composta de R\$ 558.434 e R\$ 502.302 para danos materiais, R\$ 177.332 para lucros cessantes R\$ 32.000 e para responsabilidade civil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

---